

Cristiane Sampaio - Brasil de Fato



A presença feminina nas esferas de poder de maior referência regional e nacional ainda está distante do patamar da equidade de gênero com os homens. É o que mostra um levantamento feito pela Procuradoria da Mulher no Senado nos primeiros meses de 2019.

Considerando os resultados das urnas em 2016 e em 2018, o percentual de participação das mulheres em relação ao número de cargos eletivos dos estados não ultrapassa, nas diferentes unidades federativas, um quarto do total. O levantamento é feito com base em dados oficiais do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

A maior representatividade é a do Distrito Federal (DF), com 25% de mulheres, e a menor, a do

Espírito Santo, com 8,6%. Os cargos considerados na pesquisa incluem as cadeiras de vereadoras; senadoras; deputadas estaduais, federais e distritais.

### Câmara dos Deputados

2014: 55 mulheres eleitas (de 513)



2018: 77 mulheres eleitas (de 513)



Salto de 51%

Fonte: TSE e Procuradoria da Mulher no Senado

Para a pesquisadora Danusa Marques, do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília (Ipol/UnB), os números suscitam uma análise recorrente: a baixa representatividade feminina é um problema relacionado à forma como a cultura política lida com a participação das mulheres nessa seara.

“A gente tem um problema de recrutamento político, de construção de carreira, de viabilidade mesmo das carreiras políticas [de mulheres], e isso tem a ver com um controle muito fechado dessas estruturas de poder de decisão pelos homens”, complementa a professora.

Se é difícil para as mulheres a conquista de cargos eletivos, mais difícil ainda é a chegada delas a funções de comando nos diferentes espaços de poder. Nas agências reguladoras nacionais, por exemplo, elas ocupam sete dos 46 postos de direção. Os dados incluem todas as autarquias do ramo, como Anac, Anatel, ANS e Anvisa.

Em outros recortes de análise, a baixa presença feminina em funções de comando se repete. No caso dos partidos políticos, apenas quatro (11%) das 35 siglas registradas no TSE têm mulheres na presidência da legenda. São elas: PT, PCdoB, MDB e Podemos.

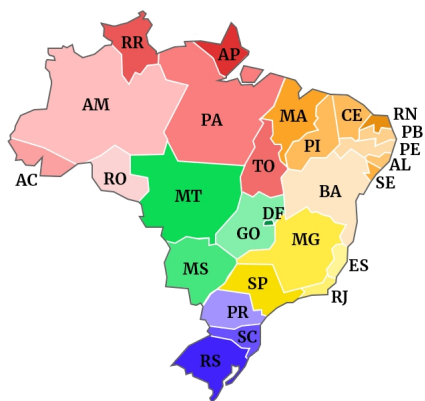
Os dados também foram compilados pela Procuradoria da Mulher no Senado, cujo estudo, ainda em vias de publicação, mostra que o cargo de governadora, por exemplo, é um dos que mais têm hegemonia masculina na política: desde 1994 aos dias atuais, somente sete mulheres ocuparam uma cadeira de chefe do Poder Executivo estadual no país. Atualmente,

apenas Fátima Bezerra (PT), governadora do Rio Grande do Norte, compõe a lista.

Danusa Marques frisa que, diante de um cenário ainda desigual em termos de oportunidades, as mulheres que atuam na política encontram, ao longo de sua trajetória, diferentes barreiras que travam a ascensão na carreira e dificultam especialmente a ocupação de cargos majoritários – governador, prefeito, senador e presidente da República –, que têm apenas uma cadeira em disputa.

“Se o padrão de sucesso é o de homem, o risco pra um partido, pensando racionalmente num cálculo de custo-benefício, de recrutar uma candidatura feminina é maior. O grande ponto é ter condições de competir, e aí as mulheres têm muitas desvantagens nessa competição porque ela é muito desigual”, afirma a pesquisadora.

## Mapa Mulheres na Política 2019



Norte		Sudeste	
AP - 19,9%	PI - 14,8%	SP - 11,3%	
RR - 14,6%	CE - 14,8%	MG - 9,6%	
TO - 14,5%	AL - 14,1%	RJ - 9,2%	
PA - 13,6%	PB - 12,5%	ES - 8,6%	
AC - 13,5%	PE - 11,7%		<b>Sul</b>
AM - 11,5%	BA - 11,1%		RS - 14,1%
RO - 10,1%			SC - 11,9%
	<b>Centro-Oeste</b>		PR - 10,8%
<b>Nordeste</b>	DF - 25%		
RN - 19,9%	MT - 12,0%		
MA - 16,2%	MS - 11,7%		
SE - 15,0%	GO - 11,6%		

Fonte: TSE e Procuradoria da Mulher no Senado

